

ATA DA CENTÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia 12 de maio de 2003 deu-se início a Centésima Terceira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo Vice-Presidente José Fernando da Silva (ABONG). Estiveram presentes os conselheiros titulares Saulo de Castro Bezerra (ABMP); Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria); Elisabete Borgianni (CFESS); Maria Izabel da Silva (CUT); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Marcos Antonio Paiva Colares (OAB); Maria das Graças Fonseca Cruz (CNBB); Laura Nazareth de Azevedo Rossetti (FENAPAES); Alessandro Victor Gama e Silva (MNMMR); Nilmário Miranda (SEDH); Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho (MS); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Margarida Munguba Cardoso (MTE); Tânia Mara Eller da Cruz (MPOG) e Wania Ribeiro Tavares (MAPS). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Kátia dos Santos Pereira (Casa Civil da Presidência da República); Mário Mamede (SEDH) e Mari Lane de Carvalho (MEC). Presentes ainda os conselheiros suplentes: Vicente Falqueto (UBEE); Miguel Angel Cal Gonzáles (CFP); Jessimar Dias Pereira (Salesianos); Marcelo Gentil Nascimento da Cruz (IPAM) e Antonio Pereira da Silva Filho (CGT).

I – Aprovação da Pauta – Dando início a Assembléia o Vice-Presidente abriu os trabalhos submetendo à plenária apreciação da Pauta, tendo a mesma sido aprovada por todos com alterações pertinentes.

II – Apresentação e Aprovação das peças sobre Conselho Tutelar, com a presença de representantes da CIPÓ e da ANDI. A Senhora Anna Penido reapresentou as peças publicitárias da Campanha Mídia e Conselhos compostas de dois VTS, cinco Spots e dois anúncios, para deliberação final das mesmas. Novamente o assunto foi amplamente debatido com sugestões para o ajuste final das peças, cujo lançamento está agendado para o próximo mês de julho.

III – Aprovação da Ata da 102ª Assembléia Ordinária do Conselho. A Ata da 102ª Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes.

IV - Apresentação das Metas do Milênio - UNICEF. A Sra. Reiko Niimi, Representante do UNICEF no Brasil fez a apresentação das Metas do Milênio, tendo como foco a situação em 2003 e as metas para o ano de 2010, fazendo uma análise comparada dos Eixos do Pacto pela Paz com as metas da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança. Nesta análise comparada foram apresentados os avanços e retrocessos sobre a mortalidade infantil no Brasil, o atendimento pré-natal, taxa de escolarização, registro civil, óbito e outros. Foram demonstrados dados estatísticos sobre todos os itens apresentados. A conselheira Rachel indagou sobre o atendimento em creche. O conselheiro Saulo alertou sobre a diminuição de emissão de registro civil e o conselheiro Alessandro demonstrou sua preocupação com o processo de desenvolvimento da Região Norte. A Senhora Reiko esclareceu que o UNICEF não está trabalhando com creches pois a ênfase do trabalho está centrada na família e na comunidade. Não há interesse daquele organismo em apoiar pequenos projetos, mas sim as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Para a Representante o papel do Unicef está voltado para os excluídos das políticas públicas. A conselheira Maria Izabel ressaltou a necessidade de resgatar o Grupo de Trabalho CONANDA/UNICEF, propondo o agendamento de reunião para o dia 10 de junho na sala de reunião do CONANDA, com a participação dos quatro coordenadores das Comissões Temáticas e representantes do UNICEF. O Vice-Presidente agradeceu a participação da Srª Reiko pela brilhante apresentação.

V – Participação da FUNAI para tratar da criança e adolescente indígenas. A Sra. Maria Helena de Biasi representante da FUNAI falou da nova proposta da Coordenação Geral de Educação a ser incluída no PPA-2004 a 2007, cujo objetivo é garantir o acesso aos direitos sociais básicos às comunidades indígenas, influenciando políticas públicas por meio da transversalidade no âmbito do Governo Federal e da participação próativa dos beneficiários, tendo por eixos a educação escolar e a educação complementar. O Conselheiro Osvaldo ressaltou o estudo feito sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Índio cuja conclusão é que ambos

são distintos porque um trata de crianças e adolescentes e o outro não. Considera que o Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser aplicado às crianças e adolescentes indígenas guardadas as peculiaridades. Propôs a inclusão de um capítulo sobre o ECA no Estatuto do Índio. O Conselheiro Alessandro falou da sua participação no I Fórum Regional de Debates sobre a Questão das Crianças Indígenas em Dourados-MS e da sua proposta de criação de um Centro de Referência de Atendimento às Crianças e Adolescentes Indígenas, vítimas de violência física e abusos sexuais e outras formas de violação para as aldeias da região, cuja proposta está sendo formatada pela Superintendência Municipal de Assistência Social, Fórum DCA e FCNCT com as comunidades e lideranças indígenas e deverá ser apresentada ao CONANDA para avaliação e aprovação. Foi deliberado que os representantes da FUNAI Paulo Guimarães e Maria Helena, juntamente com os conselheiros Osvaldo, Marcos, Saulo e a assessora Simone irão elaborar proposta de inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente no Estatuto do Índio e submetê-la a aprovação da plenária deste Conselho.

VI – Apresentação da Promotora de Justiça do Estado do Maranhão Sra. Lítia Cavalcante - A Promotora cumprimentou a todos e em seguida fez um breve relato da situação de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes em Caxias-MA, esclarecendo que dos vários processos formalizados no Estado nenhum foi concluído até o presente momento e o Juiz que havia sido afastado do cargo retornou as suas funções através de “habeas corpus”. Ressaltou ainda a influência de autoridades do Estado nos casos envolvendo crianças e adolescentes. O conselheiro Marcos chamou a atenção para a possibilidade de recursos, nas matérias de natureza disciplinar, à 2º Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O conselheiro Saulo salientou que a luta sobre o combate e a exploração sexual de crianças e adolescentes não é em vão e que já houve avanços neste sentido. Alertou para a questão da impunidade, principalmente se tratando de autoridades ou de pessoas que dispõe de recursos. Enalteceu o trabalho do Ministério Público do Estado e do Município de Caxias, bem como o trabalho do Conselho Tutelar de Caxias-MA. O conselheiro Miguel colocou o Conselho Federal de Psicologia a disposição da Promotora. O Vice-Presidente ressaltou sobre a Assembléia descentralizada do CONANDA realizada naquele Estado e sobre a “Carta de São Luis” enviada às autoridades daquele Estado. Designou aos Conselheiros Saulo e Rachel da Comissão de Articulação a elaboração de documento sobre o assunto, a ser enviado a imprensa e autoridades, após aprovação da plenária. O Vice-Presidente agradeceu a presença da Promotora pelas informações prestadas.

VII -Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas – No período da tarde as Comissões Temáticas se reuniram para tratar de assuntos pertinentes as suas áreas de atuação.

VIII - Participação da Senadora Lúcia Wania - Presidente da Subcomissão da Criança e do Adolescente no Senado Federal - No segundo dia de trabalho o CONANDA recebeu a visita da Senadora Lúcia Wania, Presidente da Subcomissão da Criança e do Adolescente. Após os cumprimentos formais a Senadora expôs os objetivos da Subcomissão, ressaltando que o ponto focal da mesma é a juventude, uma vez que essa área não possui política específica impactante. Informou ainda que a Subcomissão é um espaço de denúncias. A Senadora colocou a TV Senado a disposição do CONANDA, principalmente para o envio de relatos de experiências exitosas. Na oportunidade convidou a todos para o desenvolvimento de uma ação conjunta no Congresso Nacional e agradeceu a oportunidade de estar presente neste Conselho. A conselheira Rachel solicitou maiores esclarecimentos sobre o papel da Subcomissão e a sua relação com a Frente Parlamentar, visto que o elo do CONANDA era com a Frente. Questionou se não haveria superposição da nova instância com as ações da Frente. A Senadora esclareceu que o papel da Subcomissão é mais administrativo e de aprovação de projetos e o papel da Frente é mais político e de articulação. A conselheira Maria Izabel ressaltou a importância de se discutir a questão do 1º Emprego nessa Subcomissão e que a Senadora fizesse a leitura pública do documento que será expedido pelo CONANDA sobre a situação de Caxias-MA. O Vice-Presidente solicitou que no PPA fossem incluídas metas garantindo a implantação/implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que a Senadora fosse

contraria aos projetos sobre o rebaixamento da idade penal e que a TV Senado apoiasse a divulgação da V Conferência Nacional. A Deputada Federal Maria do Rosário que também estava presente falou da instalação da CPI da Exploração Sexual e da reestruturação da Frente Parlamentar, que terá a participação de Deputados representantes de todas as regiões. Informou ainda que no dia vinte de maio será lançada cartilha informativa da Comissão dos Direitos Humanos/Subcomissão da Criança e do Adolescente e das mulheres em integração com a Frente Parlamentar. A Deputada concordou com a fala da conselheira Rachel e se propôs reunir a Frente com a Subcomissão para melhor definição dos seus papéis. As Parlamentares se comprometeram assegurar recursos do FNCA na LDO e no PPA, bem como viabilizar o aumento da dotação orçamentária para o Fundo Nacional. O Conselheiro Cláudio solicitou o apoio das Parlamentares para aprovação do pedido de crédito especial de suplementação orçamentária objetivando a aplicação dos recursos de doação recebidos da Petrobrás no exercício de dois mil e dois. Solicitou ainda a reapresentação do Projeto de Lei da UNAFISCO, visto que o mesmo contempla uma série de procedimentos que irão favorecer as doações aos Fundos de Direitos. O Secretário Adjunto Mário Mamede ficou responsável pelo levantamento das iniciativas sobre Fundos. A Senadora esclareceu que há necessidade de articulações junto ao Poder Executivo para assegurar a isenção fiscal na área de finanças. As Parlamentares agradeceram a oportunidade de estarem neste Conselho reafirmando o desejo de consolidação da parceria com o mesmo. O Vice-Presidente também agradeceu a participação das Parlamentares entregando a ambos um kit das principais publicações do Conselho.

IX - Participação do Deputado Federal Guilherme Menezes - Inicialmente o Parlamentar cumprimentou a todos e em seguida fez um breve relato dos trabalhos realizados enquanto Prefeito Municipal da Cidade Vitória da Conquista-BA, voltados para a área da criança e do adolescente, seus avanços e conquistas, afirmando que hoje a cidade é uma referência no que tange ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando a construção da rede de serviços de atenção a criança e ao adolescente. O Parlamentar colocou o seu mandato a disposição do CONANDA. O Deputado Federal Zezeu Ribeiro – (PT/BA) também usou a palavra ressaltando sua atuação enquanto vereador na cidade de Salvador implantando a Frente Parlamentar pela Criança e que atualmente está participando da Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados. Também se comprometeu agilizar as questões do FNCA no Congresso Nacional, principalmente no tocante aos recursos da Petrobrás. Com relação a doação aos Fundos o Parlamentar considera que não há necessidade de criação de lei para normatiza-lo, porque a doação é um pagamento de imposto e necessariamente não é preciso efetuar o recolhimento no ano fiscal. O Vice-Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares Guilherme Menezes e Zezeu Ribeiro.

X – Apresentação de Pontos Pertinentes as Ações do CONANDA para o exercício de 2003 - Dando início a apresentação o Presidente anunciou a visita do Juiz Titular da Segunda Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro Dr. Guaraci de Campos Vianna e do Diretor Geral do DEGASE-RJ Departamento Geral de Ações Socioeducativas e Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro Dr. Sergio Novo. Dando prosseguimento o Presidente voltou a propor a ampliação do CONANDA, aumentando para quinze Ministérios e conseqüentemente o aumento de mais cinco organizações não-governamentais. Os novos Ministérios e Secretarias Especiais Titulares propostos são: Ministério do Esporte; Ministério da Assistência Social; Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome; Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Foi proposto que o Ministério das Cidades será suplente do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar; o Ministério do Turismo será suplente do Ministério do Esporte e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres será suplente da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O Vice-Presidente considerou que há necessidade de alteração na lei de criação do CONANDA e no seu Regimento interno, após deliberação da plenária. O conselheiro Marcos contrapôs que não há necessidade de alteração da lei porque a mesma faz alusão as áreas de atuação. A Conselheira Tânia

propôs que deveria ter um representante do Ministério da Justiça, conforme o disposto no texto da Lei. A Conselheira Maria Izabel sugeriu eleição suplementar da Sociedade Civil para repor a suplência que passará a titularidade. A proposta do Presidente foi aprovada por todos, tendo sido designado à Comissão de Legislação as alterações necessárias. Com relação ao pedido da CGT para pagamento de diárias e passagens ao suplentes o mesmo não foi aprovado por não condizer com a realidade do Conselho. O Presidente solicitou que fosse elaborado o projeto de lei de execução das medidas socioeducativas com o apoio da Frente Parlamentar. O Assessor Rafael complementou que já existe um projeto de lei do Estado de São Paulo e que o mesmo está sendo analisado. O conselheiro Marcos argumentou sobre a deficiência de pessoal para a realização do trabalho, necessitando de um advogado e estagiários, além de propor o nome da assessora Simone para integrar o grupo. Informou que há um documento extenso sobre o assunto a ser trabalhado. A Conselheira Maria Izabel informou que há um ano o Conselho está discutindo a questão, já tendo sido realizado cinco Encontros Regionais, porém ainda não há uma posição formal do Conselho e que a Comissão que trata o assunto está trabalhando nesta direção. O Presidente indicou o conselheiro Cláudio como Coordenador do Grupo de Trabalho, o Conselheiro Marcos e os Assessores Tarcisio e Rafael, para apresentarem a proposta do projeto de lei na próxima plenária do Conselho. O Conselheiro Marcos reafirmou que a demanda é muito grande e as divergências também. Além disso há que se elaborar a proposta pedagógica e os parâmetros de construção e que para tanto, há necessidade de uma assessoria pedagógica e a inclusão de conselheiros governamentais no grupo de trabalho. O Gerente de Projetos Paulo Marques informou disponibilidade do Assessor Tarcisio integrar o grupo de trabalho sobre o projeto de lei, assim como o DCA se propõe a colaborar na elaboração da proposta pedagógica. O conselheiro Cláudio deixou registrado que o texto do projeto de lei que está no CONANDA não é o de São Paulo e nem o da ABMP, mas é o resultado dos encontros das cinco regiões, com a participação dos diversos operadores do sistema de justiça e dos Conselhos Estaduais dos Direitos. O conselheiro Vicente ressaltou sobre a necessidade urgente de deliberação sobre o assunto, visto que há vários Estados aguardando as orientações para novas construções e/ou adequações das unidades de atendimento. O Vice-Presidente reafirmou que a sistematização da proposta é prioridade zero para o Conselho, indicando o nome da Sra. Eliana Crisóstomo para realização dos trabalhos, considerando que a mesma já sistematizou as propostas regionais. O conselheiro Marcos propôs que o Assessor Técnico Francisco ficasse exclusivo no grupo de trabalho. A proposta foi debatida visto a deficiência de pessoal na Secretaria Executiva. A conselheira Elizabete ponderou que as discussões havidas ainda não proporcionaram consenso no colegiado, havendo divergência nas questões mais polêmicas sobre o projeto de lei. O Presidente ressaltou que embora haja divergências há também a necessidade de apresentação da proposta. Quanto à questão de pessoal para suprir as necessidades da Secretaria Executiva, a mesma será resolvida da melhor maneira possível. O Presidente informou sobre o relançamento do Disque Denúncias, agora sob a responsabilidade do Governo Federal. Falou da proposta do Programa Fome Zero de criar um cadastro único para as transferências de recursos do bolsa escola, bolsa alimentação, PETI e outros, e propôs que fosse apresentada uma proposta neste sentido na próxima plenária. Os conselheiros Cláudio e Maria Izabel ficaram responsáveis pela apresentação da proposta. O Presidente informou sobre as articulações havidas com o Ministério das Relações Exteriores para o recebimento do Relatório do Brasil a ser enviado à ONU. Com relação a sua entrevista publicada na Revista ISTO É, o Presidente esclareceu que houve um equívoco em relação aos números apresentados, onde ele defende unidades de atendimento para 100 adolescentes. Os conselheiros Marcelo e Cláudio solicitaram a viabilidade de correção da matéria no próximo número da revista. Foi informado ainda pelo Sr. Presidente que a Relatora da OEA virá ao Brasil no mês de junho e o seu interesse em manter contato com o CONANDA durante a sua visita. Abordou a questão do atendimento de adolescentes com medidas de internação e semiliberdade pelo Sistema Único de Saúde – SUS e neste sentido a conselheira

Regina informou ao Presidente que o documento sobre saúde do adolescente necessitará de prazo maior para a sua avaliação, só devendo disponibiliza-lo no mês de julho. Neste momento o Presidente teve que ausentar-se passando a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente. **XII – Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas – 1) Comissão de Políticas Públicas/V Conferência Nacional** – A conselheira Elisabete fez o relato dos trabalhos apresentando sugestões de nomes dos palestrantes para a Conferência Magna, tendo sido deliberado os nomes que seguem por ordem de prioridade: **a)** Leonardo Boff; **b)** Adolfo Esquivel; **c)** Emir Sader; **d)** Ricoberta Menchú; **e)** Eduardo Galeano; **f)** Pierre Wel; **g)** Frei Beto; **h)** Tânia da Silva Pereira; **i)** Humberto Maturana. Com relação a participação dos adolescentes a plenária aprovou documento incluindo a participação dos mesmos durante todo o processo da V Conferência na condição de delegado, devendo para isto participar das Conferências Municipais, Estaduais e Distrital. O fato do CONANDA ter definido esta forma de participação, conforme deliberação da IV Conferência não impede que nas etapas municipal, estadual e distrital ocorram eventos específicos com os adolescentes, devendo esta definição ocorrer no âmbito de cada Conselho. Foi proposto pelo Comitê Especial sobre Abrigos a inclusão do tema “Práticas de Abrigamento”, na V Conferência devendo, posteriormente ser enviado texto sobre o assunto. A Comissão discutiu ainda sobre recursos orçamentários, confecção da logomarca, cartazes, folder e programação. Quanto a logomarca foi deliberado que a V Conferência terá a sua própria marca, tendo sido delegado competência ao conselheiro Osvaldo para manter contatos com o Sr. Ivonio para apresentação de proposta na próxima Assembléia. As conselheiras Maria Izabel e Mari Lane ficaram responsáveis pela elaboração da metodologia e programação do evento, devendo circula-los aos demais conselheiros via “on line”. A comissão considerou que as metas do Milênio/Um mundo melhor para criança apresentadas pelo UNICEF são compatíveis com o Pacto pela Paz, tendo sido aprovada reunião com o UNICEF no dia dez de junho para análise comparada dos dois documentos. A Comissão recebeu pedido de parecer ao Projeto de Lei Nº276, de 2003, de autoria da Deputada Marinha Raupp, que altera o artigo 11 da Lei 8.069. A Comissão emitiu parecer contrário a modificação do referido artigo, por entender que o disposto no Estatuto assegura o atendimento médico a crianças e adolescentes, através do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. O parecer foi deliberado na íntegra pela plenária **2) Comissão de Articulação e Comunicação:** A coordenadora da Comissão, conselheira Laura Rossetti fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: **a)** recebimento de e-mail indagando quais os procedimentos a serem adotados pelo conselheiro tutelar suplente acusado de aliciamento de menores. O parecer da Comissão é que deve-se consultar o CMDCA e encaminhamento ao Ministério Público local; **b)** recebimento de e-mail do Conselho Tutelar de Laguna-SC sobre entidades que podem se cadastrar para votar no Conselho de Direitos – A comissão sugere consultar o CMDCA local e avaliar de acordo com o regimento eleitoral; **c)** recebimento de correspondência do CMDCA de Caratinga-MG, solicitando parecer sobre a viabilidade de realização de prova escrita para conselheiro tutelar e se o Ministério Público pode elaborar, aplicar e corrigir as provas sem impedimento legal. O parecer da Comissão é de que o papel do Ministério Público no processo de escolha é de acompanhamento e fiscalização, não cabendo a ele manifestação de caráter jurídico; **d)** recebimento de e-mail do Conselho Tutelar de Rio Negro sobre acumulação de cargos – Para a Comissão há necessidade de conhecimento da Lei Municipal para se posicionar sobre o assunto. Sugere-se que o CMDCA avalie o caso e emita parecer jurídico local; **e)** recebimento de convite para participação da abertura da III Assembléia do Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares, no período de 22 à 25 de maio de 2003; **f)** recebimento de e-mail do Dr. Benjamin Z. de Farias denunciando site de pornografia infantil com foto de sua filha – A Comissão propôs ao interessado procurar o Ministério Público de Florianópolis e remessa do material à ABMP; **g)** recebimento de e-mail do CMDCA – Mariana-MG, solicitando informações sobre a natureza jurídica dos Conselhos Tutelares, dos limites e possibilidades de fiscalização do CMDCA sobre o

Conselho Tutelar e autonomia e subordinação entre ambos. Foi sugerido levar o assunto ao Conselho Estadual, para os esclarecimentos necessários com base no Estatuto e na Resolução Nº 75 do CONANDA; **h)** recebimento de e-mail solicitando endereço de denúncia de abuso sexual por autoridades locais do Município de São Francisco Xavier – SP. Foi informado que as denúncias podem ser feitas através do 0800990500, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, Delegacias, CMDCA e ABMP; **i)** recebimento de e-mail da Associação Sociedade de Professores e Militantes do MNMMR/PR, contendo denúncias do site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que tem exposto de maneira vexatória a situação familiar de crianças e adolescentes que se encontram em situação para adoção, com nome e detalhamento das violências sofridas no seio familiar. O caso será apurado e dado o encaminhamento necessário; **j)** recebimento de e-mail do Conselho Tutelar de Pimenteiras-PI, solicitando informações de como proceder com o processo de escolha do CT, que deverá acontecer em agosto de 2004 coincidindo com as eleições municipais, acredita-se que os resultados não poderão ser satisfatórios para a comunidade. Questionam se há possibilidade do pleito ser realizado em 2005. O parecer da Comissão foi de que qualquer prorrogação de mandato de Conselheiro Tutelar não tem amparo legal e os atos praticados pelos mesmos durante a prorrogação são nulos de pleno direito; **e)** recebimento de Ofício do CEDCA-ES, solicitando esclarecimento sobre os motivos da paridade no Conselho e os motivos que levaram o CONANDA e os Conselhos Estaduais a adotarem esta recomendação. Encaminhar correspondência informando que a paridade esta disposta na Lei 8.069/Estatuto da Criança e do Adolescente. A Comissão convocou a Sra. Elizabete Leitão para discutir a implantação do **0800**, pela SEDH, porém pela falta de tempo da representante o assunto não foi discutido na sua íntegra. A Comissão submeteu à plenária o teor da Carta Aberta a População “A Impunidade e os Direitos de Crianças e Adolescentes” elaborada pelos Conselheiros Saulo e Rachel, tendo a mesma sido aprovada por todos. **3) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** - A conselheira Tânia fez o relato dos trabalhos informando que a Comissão propôs realizar no dia 13 de junho reunião extraordinária com a participação de todos os Ministérios para debater o PPA, tendo a mesma sido aprovada por todos. Com relação ao PPA 2004 - 2007 foi aprovado pela plenária a inclusão de cinco ações em três Programas assim discriminados: **a) Programa Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente** com as ações de Fortalecimento do Controle Social da Política para a Criança e o Adolescente; Fortalecimento de Medidas Protetivas e Capacitação no Marco Legal dos Direitos da Criança e do Adolescente; **b) Programa Fortalecimento do Sistema de Defesa da Criança e do Adolescente** – Ação – Campanha Educativa sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; **c) Programa Esporte Solidário** – Ação – Apoio a Projetos Sociais para Infância e Adolescência. A Comissão propôs e foi aprovado o prazo até 30 de junho para o envio dos Planos Estaduais sobre Medidas Socioeducativas, estando os mesmos condicionados ao descontingenciamento dos recursos pelo Governo Federal. A Secretaria Executiva deverá enviar correspondência aos CEDCA’s informando as condições para aprovação dos projetos. Recebimento de Ofício da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, informando o pedido à SEDH para liberação dos recursos do FNCA. Solicitação de apoio ao projeto para elaboração de guia sobre o Estatuto voltados para educadores. Informar ao interessado que não há recursos. Recebimento de e-mail do Srº Maurício Vian informando sobre novas instruções normativas da Receita Federal que altera a forma de prestação de contas dos fundos. Foi deliberado enviar correspondência aos Conselhos Estaduais informando as alterações e que o CONANDA também tomasse as providências sobre o Fundo Nacional. Recebimento de Ofício da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal, informando a instalação da Comissão e de sua finalidade. A Secretaria Executiva deverá fazer resumo dos projetos existentes e circular aos conselheiros. Apresentação do Sr. Daniel do Ministério do Planejamento na Comissão, para expor a metodologia do PPA na fase atual e nas próximas etapas e informes da Subsecretaria de Promoção da Criança e do Adolescente sobre os seus programas no PPA. **4) Comissão de Legislação** – O

Coordenador da Comissão, conselheiro Osvaldo fez o relato do Parecer CONANDA Nº 003/2003, sobre o substitutivo aos Projetos de Lei Nº 4.052/98 e 6.333/2002, do Deputado Guilherme Menezes e apresentado à Comissão de Seguridade Social e Família, sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de bloqueio da recepção temporária de programação nos aparelhos de televisão produzidos, montados ou comercializados nos países, tendo o mesmo sido aprovado por todos e do parecer CONANDA 001/2003, sobre o Projeto de Lei Nº 7.318/2002, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, que altera dispositivo da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo o mesmo sido aprovado por todos. **XIII – Informes Gerais e Representações – 1)** O conselheiro Cláudio expôs que segundo informações obtidas a situação de Montes Claros –MG permanece a mesma de quando o CONANDA esteve lá. Propôs manter contatos com os representantes dos órgãos locais e cobrar os encaminhamentos contidos na Carta de Montes Claros. Neste sentido, o conselheiro Vicente esclareceu que está acompanhando o andamento dos trabalhos em Montes Claros através da Comissão de Medidas Socioeducativa do Conselho Estadual e que esta comissão está discutindo a proposta pedagógica, inclusive estão agendando visita do Presidente do CONANDA àquele município. A conselheira Maria das Graças endossou a fala do conselheiro, alegando que as ações estão sendo desenvolvidas. Os referidos conselheiros ficaram de apresentar novas informações na próxima plenária. O Vice-Presidente solicitou que fosse repassado ao Presidente e ao CEDCA-MG copia da Carta de Montes Claros; **2)** A conselheira Rachel informou sobre sua participação no evento de Conselhos Tutelares na cidade de Niterói, **3)** O conselheiro Marcos falou da sua participação no curso a ser realizado pela FIOCRUZ. Informou que o livro *Aprendizado, Trabalho e Dignidade*, de sua autoria e da advogada Leila Paiva, publicado pelo CONANDA estava pronto e que o POMMAR/USAID pretendia realizar quatro cursos/lançamentos nas cidades de Brasília, Fortaleza, Salvador e Recife. **4)** A conselheira Maria Izabel ressaltou a matéria publicada no *Jornal do Senado* pelo Senador Paulo Paim (PT-RS) sob exame da Comissão de Assuntos Sociais que pretende regulamentar o trabalho do adolescente aprendiz. A conselheira propôs que o Conselho solicite formalmente o Projeto e que o Senador seja convidado para expor a sua proposta na Assembléia do mês de junho; **5)** A conselheira Tânia informou que estão sendo realizadas audiências públicas pela sociedade civil sobre o PPA 2004 - 2007 e que a programação está disponível no site www.orçamentocrianca.org.br. A conselheira Maria Izabel sugeriu que fosse disponibilizadas em rede as datas dessas audiências. **b)** O conselheiro Mário Mamede informou sobre os últimos preparativos do O800 a ser implantado, cuja responsabilidade ficará a cargo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR e que a partir da próxima semana haverá uma ampla divulgação através da mídia; **7)** O conselheiro Marcos solicitou a realização de uma Assembléia de natureza reservada para encaminhamentos administrativos. No final das atividades a conselheira Maria Izabel prestou homenagens à conselheira Wania que deixará o CONANDA, cantando a capela o “Canto das Três Taças” de Clara Nunes. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

Nilmário Miranda

Presidente do CONANDA